

## Relatório ICANN 62, Panamá – 25 à 28 de junho de 2018

Conselheiro Nivaldo Cleto

Segmento empresarial de usuários da internet

### Introdução

Como tem ocorrido em todas reuniões que acontecem no meio de ano, o formato adotado pela ICANN foi o *policy forum*, no qual existe uma ênfase grande em dois aspectos:

- 1) o trabalho envolvendo todas as comunidades, chamado de *cross-community*, com os diferentes grupos da ICANN fazendo um esforço ativo para comunicar seus esforços uns aos outros e
- 2) foco no processo de formação de políticas, com a maioria das sessões sendo dedicadas a progredir as pautas ativas, pulando diversas sessões mais introdutórias ou voltadas a temas secundários.

Nessa reunião em particular, não existia a possibilidade de fugir de um tema que tomou a pauta de todos os grupos da ICANN: a *European Union's General Data Protection Regulation* (GDPR), que controla o modo como os dados de cidadãos europeus devem ser tratados por empresas de todo o mundo, aumentando os requerimentos de privacidade praticamente em toda a Internet. Com o período de aplicabilidade da regulamentação se iniciando em 25 de maio de 2018, foram necessárias mudanças em toda a rede para que serviços e páginas se tornassem compatíveis com as diretrizes apresentadas, mas poucas empresas passam pelo mesmo desafio que a ICANN.

Por um lado, a ICANN teve, como qualquer outra empresa que opera na rede, que clarificar suas políticas de retenção de dados, o que foi relativamente simples e conseguiu ser provisionado por seus próprios funcionários. A complicação real resulta da dificuldade da administração de um dos maiores bancos de dados públicos existente, o WHOIS, que contém informações de todos os registrantes de domínios do mundo. O debate a respeito de como reformar esse antigo banco de dados não vem de hoje, mas alcançou seu ponto máximo esse ano.

Para contextualizar melhor, o WHOIS foi criado em um período ainda muito inicial da Internet, para suprir a demanda dos seletos pesquisadores que a utilizavam e queriam se comunicar. Conforme a rede se expandiu, o WHOIS ainda era usado para dialogar, mas evoluiu principalmente para um método de resolver disputas de propriedade intelectual. Com a explosão mundial da Internet e o aumento exponencial de seu uso, o número de conflitos, fraudes e controvérsias se expandiu para além do escopo do serviço, que passou a ser apenas um dos diversos recursos utilizados para resolver problemas de toda natureza online.

O ponto em que o WHOIS e a GDPR se emaranham é em como os dados se encontram disponibilizados, pois o WHOIS ainda retém essa natureza aberta que descende do modo como os pesquisadores o utilizavam muito tempo atrás, praticamente uma relíquia de outros tempos. Por outro lado, aumenta cada vez mais a pressão mundial por proteção de dados e maior responsabilidade das empresas em como lidam com os dados de seus clientes e usuários.

No meio de todo esse conflito, a ICANN busca soluções que agradem sua comunidade e ao mesmo tempo preencham os requisitos dos oficiais de proteção de dados europeus. Isso não foi possível durante o tempo regular que se tinha para fazer isso, então uma especificação temporária foi colocada em funcionamento, vetando muitas informações de serem exibidas pelo WHOIS, inclusive aquelas que são frequentemente usadas para procurar usuários fraudulentos.

A pergunta que está colocada para toda a comunidade da ICANN e que precisa de resposta ágil é: como criar um sistema que é justo com o maior número de pessoas o possível, permitindo que sua privacidade seja mantida, ao mesmo tempo impedindo que informações sensíveis caiam em mãos erradas?

### Reunião do CSG com candidatos apontados para a Board

Nessa reunião inicial do CSG (união dos membros de empresas, profissionais de propriedade intelectual, e ISPs) foi priorizado o engajamento com os membros do GNSO indicados pela comunidade para integrar a Board. A proposta foi de realizar uma sessão de perguntas e respostas que tocasse em questões importantes para a comunidade, permitindo mais clareza nesse relacionamento entre Board e usuários comerciais.

Se discutiu brevemente sobre como as recomendações do GAC relativas ao GDPR influenciarão as decisões tomadas. Os membros da Board reforçaram que a pauta está sendo liderada pelo GNSO, e não pelos governos. Apesar disso, o PDP está firmemente conectado ao GAC e é reconhecido que eles são atores de destaque nesse caso, particularmente os delegados europeus.

Foi perguntado de que modo a Board sente que aperfeiçoou as especificações temporárias impostas no WHOIS, pois na BC houve decepção com a falta de pressão por um “*tiered access*” (acesso estratificado ou em camadas) que permitisse acesso das pessoas corretas aos dados necessários. Susan Kawaguchi complementou que no Conselho do GNSO não há animo para se discutir o tema do acesso, e que essa iniciativa deveria vir da Board para ativar a pauta.

Responderam que existem problemas no modo como a questão se encontra no momento, e que de um modo geral está difícil trabalhar com os registrars, pois as respostas recebidas quando se faz um requerimento por dados são mistas. Alguns não respondem, outros não sabem o que fazer, outros demoram 20 dias para dar uma

resposta. Existem ainda aqueles que em uma reação exacerbada simplesmente optaram por esconder todos os dados por precaução.

Os membros da BC reforçaram que é sabido que a atitude de infratores digitais tende a ser de procurar refúgio naqueles registrars que se provem desinteressados em colaborar com a ICANN, o que torna a situação complexa pois pode acabar provendo a eles um espaço ainda mais seguro do que teriam anteriormente. Abrir espaço para esse tipo de comportamento não pode ser a consequência da tentativa de encaminhar um processo legítimo de reforma do WHOIS.

Os membros da Board defenderam que, independente de qualquer coisa, o EPDP deve ser o instrumento pelo qual o escopo da política vai ser definido, e a priorização de um sistema de acesso deve vir diretamente das discussões desse grupo, de modo que o tema seja introduzido ao processo de modo correto, sem ser empurrado pela Board. Disseram que a ênfase no momento é em ajudar as “contracted parties” a se informarem, mas a ICANN não sabe com precisão o que pode ser exigido desses atores.

Uma representante da NTIA afiliada à IPC manifestou que o risco sendo tomado pela ICANN é muito baixo, e que essa tenta seguir o GDPR de um modo agressivo, sem pensar nas necessidades dos membros da comunidade. Os membros da Board admitiram que a ICANN poderia tentar tomar mais riscos e que essa é uma consideração ativa sendo tomada.

Houve muita ênfase na ideia de que está tudo muito indefinido, e a frase “nós não sabemos” foi repetida em diversos contextos. Havia grande incerteza por parte dos membros da Board a respeito de como vão desdobrariam os eventos da semana, o que demonstra o quanto essa sequência de eventos pegou a comunidade de surpresa. Nos dias seguintes houve muita ênfase em melhorar essa compreensão.

### Impressões do Express Policy Development Process

A atualização do modo de funcionamento do banco de dados WHOIS tem sido um desafio, talvez o maior desafio, histórico da ICANN. Ao longo de mais de uma década, grupos variados trabalharam em revisões possíveis desse sistema, mas os esforços até então tinham falhado em gerar diretrizes possíveis de implantar, pois não havia se chegado a um consenso sobre quais dados deveriam constar no banco, quem poderia acessar eles, e como se daria esse acesso tanto do ponto de vista legal como técnico.

O WHOIS é anacrônico, um artefato de tempos diferentes nos quais a Internet era composta por programadores e acadêmicos que atuavam dentro de um espaço restrito. Muito mudou desde então. A Internet se expandiu de maneira não planejada, e junto dela foram sendo criadas leis e recomendações relativas a privacidade, de modo que era apenas uma questão de tempo até que esse banco de dados tão aberto fosse forçado a mudar seu funcionamento.

Na ICANN 62 se iniciou o primeiro *Express Policy Development Process* (EPDP) da história da instituição, com o objetivo de começar a finalmente chegar a uma conclusão de como estruturar o *Registration Data Directory Services* (RDDS), o sucessor WHOIS. As duas sessões "*cross-community*" que ocorreram foram dedicadas a debater os princípios que devem orientar o grupo que avançará o EPDP.

Todos reconhecem que no centro dessa discussão existe um conflito totalmente legítimo entre segurança e liberdade, um tema que ouvimos ecoando de maneira intensa nas mais diversas áreas nos dias de hoje. A questão é como encontrar a medida certa e não gerar custos ou responsabilidades exageradas para um ator específico, de modo que todos contribuam para a reforma.

Elliot Noss, veterano do processo e fundador da gigante dos domínios Tucows, falou em nome dos registries a respeito de como o WHOIS estava sendo usado para todo tipo de atividades ilegais e invasivas. Havia chegado a um ponto que aqueles que incluíam seus dados no banco de dados sem contratar um serviço de anonimidade acabavam por receber em questão de dias muitas propagandas por e-mail, telefone e até correio, de toda natureza, inclusive propaganda não-solicitada de produtos por vezes legítimos para seus websites.

Em contrapartida, o representante da Microsoft presente exemplificou a importância do bom uso do WHOIS no caso da batalha contínua da empresa contra o *Fancy Bear*, um grupo hacker russo que provavelmente é financiado pelo governo daquele país. Destacou que foi essencial o uso do WHOIS para catalogar os 397 milhões de IPs sendo usados em uma das ações maliciosas do grupo. Esse não é um caso isolado, mas sim parte de um uso sistemático do recurso.

Foi destacado pela representante da sociedade civil que não há nada tão novo em termos de proteção de dados no GDPR, e sim que a ICANN não estava compatível com os padrões internacionais vigentes. Em outro momento, chamou a atenção para a existência de 126 leis de proteção de dados existentes no mundo, e perguntou sobre o que significava o fato de que tanta atenção está sendo dada para a GDPR quando na realidade a ICANN necessita funcionar em harmonia com todas devido a sua natureza global.

O CEO Göran Marby afirmou de modo absoluto que as *Data Protection Authorities* (DPAs), que regulamentam o uso de dados em diversas jurisdições possuem maior força de influência que o GAC, e que em casos de conflito entre um e o outro, o GAC sempre terá uma prioridade menor. Também aproveitou para lembrar que a ICANN só possui legitimidade e notabilidade devido ao processo multistakeholder, então a participação de todos atores continua sendo essencial.

Foi mencionado que a acreditação que define aqueles que podem ou não acessar os dados cai fora do escopo da ICANN, e que o GAC seria importante em ajudar a coordenar isso, encontrando o mecanismo adequado para tal. A título de nota, as partes do governo europeu envolvidas mais intensamente no processo são: *Article 29 Working Party*, *European Data Protection Board*, e Comissão Europeia.

Em termos de privacidade, alguns pontos importantes que não são muito óbvios foram discutidos. Um ponto é que no novo modelo, a anonimidade daquele que quiser consultar os dados do WHOIS acabou; em tese todos esses atores terão de se identificar. Outra pergunta é se seria o registrar ou registry aquele em posição para guardar os dados completos. Isso não está claro, e há controvérsia, mas se pensarmos em demandas crescentes de países por localização de dados, os registrars estariam mais aptos a essa tarefa.

Outra questão importante que não está muito destacada é que se discute uma taxa para acessar o futuro WHOIS, algo que poderia impedir parte do uso ilegítimo do serviço, introduzindo uma barreira de acesso, conceito esse puxado da economia. A teoria é que mesmo uma taxa pequena já desestimularia o uso malicioso casual, pois o investimento é maior do que somente tempo perdido.

A conclusão geral é de que existe uma cadeia de perguntas a ser respondida, e mecanismos para responder a elas terão de ser desenvolvidos pelo grupo do EPDP. Três perguntas, no entanto, parecem se as que realmente orientam esse debate. Primeira pergunta: quem quer acessar os dados contidos no novo WHOIS. Segunda: por qual motivo esse acesso está sendo requisitado. Terceira: quais dados devem ser enviados ou não em resposta a pedidos legítimos diferentes.

Esse desafio é considerado por alguns membros da comunidade como o maior teste do modelo multistakeholder até agora. Se a Transição IANA era algo de grande magnitude, ela ao menos ocorria praticamente numa configuração de comunidade ICANN contra governo dos Estados Unidos mais alguns membros do GAC. Dessa vez, existem interesses legítimos competindo em diversos níveis e por motivos variados, criando uma sequência de decisões que, uma vez tomadas, devem mais ou menos funcionar de modo permanente dentro da Internet como a entendemos.

### Sessão aberta sobre WHOIS com a Tucows

A Tucows é uma empresa canadense que é o segundo maior registrar do mundo. Seu CEO, Elliot Noss, organizou uma sessão pública na qual trouxe dados reais advindos do pouco mais de 1 mês que a organização está adaptada ao GDPR, ou seja, servindo um banco de dados WHOIS com parte de seu conteúdo redatado.

Noss iniciou lembrando que quanto mais tempo demorar para que o WHOIS seja propriamente reformatado, maior a degradação do banco de dados atualmente acessível e congelado no tempo. Estimou que depois de 1 ano, 70% dos dados estarão corretos, 50% em 2 anos, e depois 35%. Ou seja, não é possível tomar tanto tempo assim trabalhando nessa reforma.

Ilustrou que o GDPR é muito mais importante enquanto conjunto de princípios do que necessariamente como lei em si, pois estabelece uma direção na qual é necessário que comunidades e empresas caminhem em médio prazo. No caso do WHOIS, são mais de

300 milhões de nomes de domínios existentes, que só aumentam a cada dia que passa. Ressaltou como há mais de uma década se busca um modo melhor de trabalhar com os dados atrelados a eles.

Dentro dos aspectos negativos do WHOIS, destacou o tema de que a simples inclusão de um número de telefone no WHOIS comprovadamente gera uma onda de chamadas robôs para o número oferecendo todo tipo de serviços e vantagens não solicitadas, o que se repete de modos diferentes fazendo uso dos outros dados. Ou seja, o método atual é danoso. Assim, mesmo sem um esquema de *tiered access* presente, já ocorreu um ganho global para a Internet.

Mencionou que talvez o WHOIS público nem seja necessário. Existem algumas categorias de usuário que querem ou precisam desses dados abertos, como por exemplo os “*domainers*”, aqueles vendedores focados em revender bons nomes de domínios para usuários que queiram pagar um valor elevado por eles. Para esses atores, já estão sendo pensados modos de optar por tornar os dados abertos, mas não especificou quando pretendem implementar.

Explicou o processo que passará a ser utilizado para realizar pedidos de consulta de dados. Em primeiro lugar será reconhecido que existem classes de serviço diferentes interessadas na consulta do WHOIS; a parte interessada irá precisar se identificar; será necessário explicar quais as razões demonstráveis para esse uso e estabelecer agência; como o processo é transparente, aquele que fizer mau uso poderá perder seu acesso; é quase certo que será demandada uma taxa para acesso.

Deixou claro que isso tudo é péssimo para a comunidade de segurança, principalmente para os pesquisadores, e que não sente que há muito o que se possa fazer. Acredita também que haverá desigualdade entre países em termos de o que registrars locais farão com seus bancos de dados para ficarem compatíveis com seus governos, algo que pode e vai entrar em conflito com o GDPR de modos variados. Caberá à comunidade global entender como se adaptar a isso.

Mais para o fim da sessão ocorreu um conflito expressivo com a representante do Facebook, pois a empresa teria enviado um alto volume de pedidos para a Tucows em imediata antecedência à ICANN 62, e logo na sequência cobraram publicamente uma resposta, afirmando que a Tucows não tinha sido capaz de responder. Foi discutido que não achavam ética a postura um do outro, e a Tucows afirmou que o depoimento da Facebook para o GAC teria sido indevido. Uma sensação de falta de conclusão pairou no ar ao fim da discussão.

### Projetos correntes da Business Constituency

Na reunião aberta da BC foram discutidas algumas das prioridades do grupo perante a comunidade em geral que se fazia presente, e aqui destacaremos a *Open Data Initiative* (ODI), projeto que já seguimos há diversas reuniões, e o *Latin American Business ICANN*

*Participation Study*, um importante estudo liderado pela própria comunidade da latina da BC.

Tivemos a oportunidade de ouvir diretamente dos líderes do projeto ODI, que se consiste em levantar os dados acumulados pela ICANN ao longo dos anos em diversas dimensões e os converter em “*datasets*” que possam ser usados para conduzir pesquisas independentes a respeito da instituição, disponibilizando desde dados brutos sobre as operações técnicas de nomes e números até dados até então desconhecidos como o volume de comunicação das diferentes listas de e-mail.

Existe suporte muito substancial a esse projeto vindo de diferentes núcleos da BC. O chefe de políticas Steve del Bianco sempre foi um apoiador, inclusive demandando em diversas ocasiões um orçamento maior por parte da ICANN para o projeto. Denise Richards, representante da Facebook, interage com o projeto desde o início buscando maior aproximação com o desenvolvimento. Representantes da AR-TARC (representada pelo Conselheiro Nivaldo Cleto) e da ABES na BC, participam dos debates do projeto desde seu início, e já apresentaram o ponto de vista da BC em uma sessão principal da ICANN durante a reunião 61, em Porto Rico.

O pesquisador chefe contratado para desenvolver o ODI, Jay Daley, nos atualizou explicando que apesar dos atrasos, eles se encontram em um momento no qual é realista começar a se pensar no lançamento de *datasets* para que a comunidade os avalie, mas como eles não possuem uma percepção clara de quais são os dados que geram maior interesse, foi aberta uma consulta por meio do sistema de Comentários Públicos (*Public Comments*) da ICANN no qual expuseram quais dados estão disponíveis e em que estado se encontram.

Existem alguns dados que consideramos mais prioritários para o desenvolvimento de negócios da América Latina dentro desse espaço. É o caso dos dados detalhados anonimizados de participação nas reuniões tanto de público geral como pelos programas de apoio, assim como também os dados brutos da investigação interna de “*accountability*” da ICANN que detalham dados de transparência da instituição, mas atualmente estão contidos num painel interativo no website deles, sem dar possibilidade de estudo mais minucioso das informações.

Seguiremos firmes acompanhando esse projeto, sempre priorizando a defesa do ponto de vista do empresariado latino dentro da Governança da Internet, buscando tornar nossa participação mais significativa e melhor informada. O comentário está em vias de ser fechado e estamos participando do processo de composição do comentário oficial da BC no tema.

O segundo tema do dia que destacaremos é o *Latin American Business ICANN Participation Study*, liderado por Andrew Mack (AMGlobal), um forte parceiro dos membros latinos da BC que tem auxiliado nossa comunidade a encontrar espaço nessa arena global há tempos. Contando com o suporte de um time de pesquisas sul americano e em parceria com a AR-TARC (representada pelo Conselheiro Nivaldo Cleto) e o time latino de funcionários da ICANN, esse estudo visa entender quais são os fatores

que limitam a participação desses atores na BC, e o que pode ser feito para melhorar a questão.

O projeto busca não só clarificar os desafios e codificá-los, mas sim oferecer métodos de participação aprimorados e fornecer alternativas para que a BC continue a crescer no Sul Global. Para chegar a esses resultados, estão sendo conduzidas entrevistas com uma grande variedade de líderes empresariais da região, para que seja possível entender quais são as estruturas já estabelecidas nas empresas para lidar com essas questões, mais do que simplesmente compilar as queixas.

Algumas descobertas iniciais interessantes mostram que nos últimos 2 anos as reuniões da ICANN viram uma participação média de 4% da região latino americana, um número baixo mesmo se considerarmos que não houve nenhuma reunião na região durante o período. Enquanto isso, a participação “empresarial geral” – que não é relativa à indústria de domínios – foi de 12%. A reunião de San Juan mostrou um crescimento de participação para 25% do público latino, mas a participação empresarial permaneceu em 13%. Ou seja, faltam empresários latinos na ICANN.

Outro dado relevante é que quando olhamos para o programa de participação da ICANN mais conhecido, o Fellowship, vemos uma discrepância entre o número de convocados da Sociedade Civil e aqueles dos Negócios, com os civis conseguindo 3 vezes mais bolsas do que os empresários que muitas vezes são de pequeno porte e pelas próprias regras do programa são sempre de regiões em desenvolvimento; ou seja, precisam do apoio. O estudo investigará melhor a dinâmica dessa seleção.

A maioria dos desafios que são esperados de serem identificados caem em 6 categorias, que são: Conscientização (*Awareness*), Linguagem (*Language*), Complexidade (*Complexity*), Cultura de Negócios (*Business Culture*), Filtragem (*Filtering*) e Lógica de Negócios (*Business Rationale*). Um fator importante, por exemplo, é que todas as transações de dia-a-dia da BC são feitas em inglês, e o conhecimento dessa língua na América Latina ainda é menor do que 50%, com força ainda menor entre os mais velhos, que são mais prováveis de estar numa posição de participar da BC.

O projeto já está iniciado e a fase de entrevistas está ocorrendo entre julho e setembro de 2018. Aqueles que se interessarem por saber mais ou que gostariam de ser entrevistados podem entrar em contato com qualquer membro da BC para mais informações. A data prevista de entrega é durante a reunião 63, a de Barcelona, e se espera que a comunidade toda possa apreciar uma apresentação dos achados em uma sessão pública no tema.